

A marcha desta liderança diferenciada, na quase totalidade, formada pelo modelo pedagógico implantado pelo MEPES, há 33 anos, deve merecer atenção especial das autoridades e das políticas públicas. Na citada assembléia, ficou claro que estes agricultore(a)s sabem bem aonde querem chegar, continuarão fazendo sua parte, mas, vão exigir, cada vez mais, maior participação dos Governos e dos agentes políticos. Embora com algum atraso, não deixa de ser um recado oportuno para uma nova era!

⁽¹⁾ **Publicado em A Gazeta, Vitória/ES, 18/12/2001 e no Jornal da UNEFAB nº 14, em Abril/2002.**

⁽²⁾ **Eng. Agrônomo do Incaper e Assessor do Mepes**

CONSELHOS MUNICIPAIS ⁽¹⁾

Cleber Bueno Guerra ⁽²⁾

Implantados, na sua maioria, como exigência legal para que os Municípios selecionados recebessem recursos do PRONAF, como estariam funcionando, hoje, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs)? Conseguiram avançar e ultrapassar os limites deste programa? Teriam contribuído, efetivamente, para o estabelecimento de uma nova prática social nos Municípios beneficiados?

Apesar dos inegáveis avanços, as avaliações já disponíveis evidenciam algumas dificuldades de funcionamento: a) O critério de inclusão dos Municípios “mais pobres, mais agrícolas e menos populosos” acabou selecionando comunidades com menor capacidade de respostas; b) A supervalorização do crédito rural e a burocracia pública permanecem com forte presença; c) O planejamento está restrito ao Município, impedindo ações regionais, além de aprovarem planos de captação de recursos ao invés de planos de desenvolvimento; d) Persistem as manipulações políticas dos CMDRs, especialmente de Prefeitos e Vereadores; e) Embora paritária, a participação dos agricultores familiares tem sido tímida, muitas vezes, legitimando pleitos sem o devido interesse coletivo; f) Reuniões

improdutivas, sem a distribuição prévia da pauta e falta de resultados concretos da ação dos CMDRs, têm desmotivado a maioria dos Conselheiros.

Nota-se que, dentre os vários desafios pela frente, estes Conselhos Municipais, mesmo depois de 5 anos, ainda precisam conquistar sua autonomia política e operacional, deixando de ser meros legitimadores da recepção de recursos para se transformarem em centros de reflexão, formulação de políticas e definição de prioridades. Para tanto, necessitam ser eficientes no papel de articulação dos atores sociais, públicos e da sociedade civil, viabilizando o consenso, valorizando as potencialidades locais e garantindo os interesses legítimos da maioria.

No âmbito específico do Pronaf, tem-se que a sua consolidação como efetivo programa de desenvolvimento sustentável, somente se dará pelo fortalecimento destes Conselhos Municipais, garantindo maior integração entre suas linhas de ação, especialmente infra-estrutura e crédito rural, bem como efetiva articulação dos parceiros. A Extensão Rural e os Sindicatos de trabalhadores rurais, principais apoiadores deste programa, deverão continuar ativos para garantir a sustentabilidade, participação popular e democracia em todo o processo, especialmente, na elaboração dos planos municipais.

No mais, espera-se que estes Conselhos promovam acertos sobre processos e estruturas a serem transformadas, a começar por uma nova prática política e muita “reflexão-ação-reflexão” sobre a realidade local. O saudoso Betinho, em seus últimos momentos de vida, pedia análise de conjuntura, mas, sobretudo, implorava por resultados práticos para a coletividade. Prestemo-lhe, pois, mais esta homenagem!

⁽¹⁾ Publicado em *A Gazeta, Vitória/ES*, 25/08/2001.

⁽²⁾ Eng. Agrônomo do Incaper / Mepes.